

PARECER JURÍDICO

PROCESSO: PROJETO DE LEI Nº 012/2022

PROPONENTE: EXECUTIVO MUNICIPAL

PARECER Nº 062/2022

REQUERENTE: PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES

EMENTA: “AUMENTO DE QUANTITATIVO DE CARGO. Servente e Merendeira. Programa Social de Atenção a Criança e Adolescente. AABB Comunidade. Impacto Financeiro. Lei de Responsabilidade Fiscal”.

1. RELATÓRIO:

Foi solicitado parecer jurídico acerca da legalidade, formalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei 012/2022 oriundo do Poder Executivo, que trata de aumentar o quantitativo de cargos de Servente e Merendeira na Lei 4.195/2017.

2. PARECER:

A organização legal do serviço público municipal é de competência do Executivo, mas necessita de lei aprovada pela Câmara de Vereadores que após será sancionada pelo Prefeito, conforme exigência constitucional, decorrente, dentre outros, dos artigos 29, I, 30, I, 37-41 e 61, § 1.º, II, “a”, impositivos para os Municípios, por força do artigo 29, *caput*, que determina a observância dos princípios constitucionais quanto à organização de seus serviços e assuntos de peculiar interesse e, ainda, especificamente no que se refere aos servidores públicos.

A administração pública deve pautar-se na legalidade estrita, ou seja, deve fazer tudo aquilo que a lei determina segundo artigo 37 da constituição senão vejamos:

“Art. 37. A administração pública direta ou indireta de qualquer dos poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e também ao seguinte:

.....(omissis)”.

Desses preceitos constitucionais resulta que somente lei em sentido estrito pode criar e alterar cargos públicos municipais, bem como fixar-lhes a remuneração.

Assim constata-se que no caso em tela a criação de cargos junto ao programa AABB Comunidade, depende de autorização legislativa, conforme explicado acima.

Entretanto, necessário que se verifique se a lei de responsabilidade fiscal foi atendida em seu artigo 16 senão vejamos:

“Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa será acompanhado de:

I – Estimativa de impacto orçamentário financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos demais subsequentes;

II – Declaração do ordenador de despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.”



Desta feita, verifica-se que a administração municipal deve observar os limites impostos pela lei de responsabilidade fiscal, sob pena de nulidade do ato gerado, nos termos do artigo 21 da lei complementar 101/2000.

CONCLUSÃO:

Ante o exposto, em atendimento à solicitação de parecer pela Presidência, **OPINAMOS** que o presente Projeto de Lei vá ao Egrégio Plenário para apreciar o seu mérito.

É o parecer.

Guaçuí-ES, 22 de março de 2022.



Mateus de Paula Marinho
Procurador Jurídico



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://www3.cmgucui.es.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 33003300360036003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Mateus de Paula Marinho** em **23/03/2022 08:31**

Checksum: **7896082FFA1BEE59CB4CFA1967C7347E13DA9BAF10F7BDE2D37A0AFF5430B14A**

